

Brasil não deverá obter melhor acordo

JORNAL DE BRÁSILIA

Dinda [Handwritten signature]

Heitor Tepedino

Numa tarefa das mais espinhosas, de conseguir dos banqueiros internacionais condições mais amenas para a amortização da dívida externa do Brasil, no final da tarde de ontem os ministros Delfim Netto, Ernane Galvães e o presidente do Banco Central, Affonso Pastore, iniciaram um reestudo da proposta rejeitada pelos banqueiros internacionais que, certamente, terá de levar algum compromisso do futuro governo, para que a comunidade financeira internacional se sinta convencida de que esses termos serão cumpridos.

Dentro da visão do quadro atual do sistema financeiro internacional, particularmente em relação aos bancos americanos, dificilmente o governo brasileiro conseguirá grandes sucessos em redução dos custos da nossa dívida, porque os grandes bancos americanos estão passando por uma fase em que suas ações estão sob suspeita dos investidores, temerosos por queda dos seus lucros, justamente devido aos débitos dos países latino-americanos. Assim, qualquer benefício oferecido a um país como o Brasil, terá repercussão imediata na Wall Street, provocando novas quedas das ações dos grandes bancos. Para agravar este quadro, atualmente cerca de 800 bancos norte-americanos estão com problemas financeiros, o que tem colocado o sistema bancário dos Estados Unidos sob grande desconfiança dos acionistas, em

relação se podem falir ou não.

No momento em que esses banqueiros relutam em aprovar *spreads* (taxas de risco) para o Brasil a um nível inferior ao do México, estão defendendo os dividendos para os seus acionistas já contrariados, sendo difícil para os banqueiros apresentarem grandes lucros com a *prime rate* entre 10,5 e 11 por cento ao ano, bem diferente das fases em que saltaram para 15 ou 17 por cento, quando pequenas diferenças nos *spreads* não teriam grande significação sobre os seus lucros.

Tudo leva a crer que não será fácil para os ministros brasileiros encontrarem uma fórmula que satisfaça as necessidades do Brasil e que preencha a fome de lucros dos banqueiros americanos, num período em que estão, inclusive, programando demissões de grande número de funcionários como meio de redução dos seus custos. Naturalmente, em relação a prazos e a novos recursos, os banqueiros devem estar dispostos a ceder, mas desde que o acordo com o Brasil não implique em ameaça para os seus balanços anuais.

Por seu lado, os banqueiros europeus devem estar adotando a mesma linha política, tudo indicando que os nossos credores não estejam muito animados com o próximo governo do Brasil, quando o futuro presidente declara que dinheiro se paga com dinheiro, e não com fome e miséria de uma população. Este recado foi dado no justo momento em que Affonso Pastore iniciava reunião com os banqueiros em

Nova Iorque, e, coincidentemente, as negociações foram suspensas a partir deste instante.

Apesar desses fatos políticos, que certamente estão pesando nessas negociações, o mais importante de se saber nesta fase é se os nossos credores estão dispostos a reduzir os seus lucros em relação ao Brasil, o que não se tem nenhum indício, com possibilidades de ficarem entre duas opções: ou convençam os atuais ministros brasileiros a fechar o acordo com uma cartada de sorte, para aguardar a reação do futuro governo; ou não correr este risco, deixando para os novos responsáveis pela economia brasileira se sentarem à mesa de negociações.

O difícil será encontrar uma fórmula que não reduza os lucros dos banqueiros e que alivie a economia brasileira, tanto no pagamento dos seus débitos como num crescente suicida da dívida externa, mesmo que contabilizada, o que transforma o Brasil num país extremamente dependente dos seus credores.

Desta forma, certamente os banqueiros internacionais também tentarão envolver nessas negociações o presidente eleito Tancredo Neves, seja direta ou indiretamente, convidando assessores como José Serra para debater o problema, mas como o futuro presidente é mineiro e já mostrou que sabe onde pisa, será tarefa árdua os nossos credores conseguirem arrancar dele qualquer compromisso antes de 15 de março.